

BOLETIM **DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

DE CONJUNTURA

Número 39 – Julho de 2023



Disputa por novo rumo para a economia brasileira

O quadro internacional

O capitalismo passa por uma crise persistente nos países centrais, que afeta de forma ainda mais intensa os países dependentes, como o

Brasil. Após resistir à tentativa de golpe logo nos primeiros dias de mandato, o governo Lula dá alguns sinais de êxito na retomada dos negócios e da atividade econômica.

O Brasil tem margem mínima de manobra diante das transformações que acontecem no sistema geopolítico internacional, com o conflito cada dia mais aberto entre os Estados Unidos (EUA) e a China, do qual a guerra na Ucrânia também é elemento. Entretanto, mesmo com incertezas, a conjuntura traz desafios e oportunidades e o Brasil volta ao cenário internacional reafirmando pressupostos ecológicos e de maior equilíbrio nos acordos comerciais.

Conter o ímpeto devastador do garimpo, da mineração e do desmatamento na Amazônia é fundamental nessa retomada do papel do Brasil nas negociações globais. Garantir a democracia e recuperar políticas que combatam a desigualdade social também. Vale observar que, de certa forma, a desenvoltura com que Lula se movimenta no cenário internacional destoa da estreita margem que possui, no momento, para se mover na política interna.

Banco Central independente, arcabouço fiscal dependente

Na economia, blindada pelo imenso poder econômico dos grandes bancos e fundos de investimento, o governo assume a agenda da austeridade, por meio de um “novo arcabouço fiscal”, menos restritivo do que o “teto dos gastos”, mas ainda na mesma lógica de contenção de despesas. Aqui também as margens do governo são mínimas, especialmente após a aprovação da Lei Complementar nº 179/2021, que garantiu autonomia ao Banco Central. O mandato do atual presidente do BC, indicado pelo governo anterior, vigora até o fim de 2024.

O novo arcabouço fiscal, tal como proposto pelo governo Lula, já trazia, em essência, o compromisso de controlar a elevação de despesas em ritmo menor que o do crescimento das receitas e mantinha a lógica de obtenção de superávits primários (receitas menos despesas do governo, sem considerar os gastos financeiros com a dívida pública). As alterações aprovadas pela Câmara dos Deputados e chanceladas pelo Senado Federal limitaram as possibilidades de o Estado atuar como protagonista, na busca do crescimento e do desenvolvimento.

O “arcabouço” assume, como em outros momentos, o conceito de superávit primário como métrica de avaliação do sucesso da austeridade, sem nenhum limite para as despesas financeiras da União nos gastos com juros da dívida pública. Isso pressupõe grande esforço para comprimir despesas com assistência social, saúde, educação, previdência social, salários de servidores públicos e outras, para que haja resultado positivo nas contas públicas não financeiras.

Entre janeiro e abril de 2023, o governo federal gastou R\$ 228 bilhões para pagamento de juros da dívida pública. O valor é 48% mais alto do que o relativo ao primeiro quadrimestre do ano passado, de R\$ 154 bilhões. Os últimos 12 meses, encerrados em abril de 2023, indicam um gasto total de R\$ 660 bilhões na conta financeira. Trata-se da segunda maior despesa do governo federal, atrás apenas dos gastos com a Previdência Social. No entanto, como não é classificada como “despesa primária”, sobre ela não há imposição de limite algum. Esse montante corresponde a um aumento de 13% sobre os R\$ 586 bilhões observados entre janeiro e dezembro de 2022, a título de pagamento de juros.

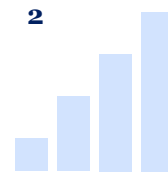
O Banco Central tem insistido na manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamar elevado, mesmo com o arrefecimento da inflação. A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de junho foi levemente negativa, de -0,08%, ficando 0,31 ponto percentual abaixo da taxa de



maio (0,23%). No ano, o IPCA acumula alta de 2,87% e, nos últimos 12 meses, de 3,16%, abaixo dos 3,94% observados nos 12 meses anteriores. Em junho de 2022, a variação havia sido de 0,67%.

Com a Selic a 13,75% ao ano, desde agosto de 2022, o Brasil segue na liderança entre os países com as maiores taxas reais de juros do planeta (descontada a inflação), ao redor de 8%, penalizando o sistema produtivo e as contas públicas, uma vez que parte significativa da dívida pública é corrigida pela taxa Selic.

Grande parte dos problemas sociais no Brasil depende da retomada do crescimento econômico, com melhor distribuição de renda e riqueza. Já são oito anos de estagnação ou de baixo crescimento, resultado da persistente crise mundial e das políticas recessivas adotadas a partir de 2015, agravadas pela pandemia de covid-19.



Os resultados do PIB no primeiro trimestre do ano levaram a melhoras nas projeções de crescimento econômico para 2023, agora ao redor de 2%, patamar ainda insuficiente para reverter a deterioração do mercado de trabalho e ampliar significativamente a arrecadação tributária para o financiamento do investimento e das políticas públicas. Mas as expectativas para um desempenho mais robusto da economia brasileira, em 2024, são abaladas pela extenuante e tecnicamente indefensável duração da política monetária operada pelo Banco Central, que ainda mantém a taxa básica em 13,75% ao ano. Possivelmente, parte do mandato do governo Lula será afetada, com redução do crescimento potencial devido a essa decisão do BC “independente”.

No PIB do primeiro trimestre, o agro é destaque

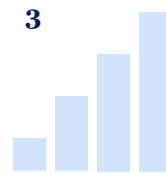


O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2023 reflete mais o final da gestão anterior do que resultado de ações do novo governo Lula. Não por acaso, mostra um desempenho econômico praticamente todo alicerçado no agronegócio exportador e, ao mesmo tempo, indica enfraquecimento da demanda doméstica, com retração da indústria e acomodação dos serviços, já decorrentes da persistente elevada taxa básica de juros.

Os dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de janeiro a março de 2023, surpreenderam as expectativas e indicaram alta de 1,9% do PIB em relação ao quarto trimestre de 2022, o último sob a administração anterior, e avanço de 4% na comparação com o primeiro trimestre de 2022. O consumo das famílias ficou praticamente estagnado no primeiro trimestre (aumento de 0,2%) e houve queda do investimento (-3,4%), que já havia se contraído 1,3% no último trimestre do ano passado.

Do lado da oferta, setores mais associados ao mercado interno, como comércio (praticamente estagnado, em 0,3%), atividades imobiliárias (0,3%) e outros serviços (queda de 0,5%) não se saíram bem. A indústria de transformação registrou a terceira queda consecutiva, agora de 0,6%, enquanto a construção recuou pela segunda vez seguida, desta vez em 0,8%.

A agropecuária, destaque do trimestre, registrou alta de 21,6% em relação ao último trimestre de 2022, em boa medida graças à grande safra da soja que, mesmo sendo importante commodity na pauta exportadora do país, não foi suficiente para evitar que as exportações totais registrassem



queda de 0,4% no primeiro trimestre¹. E foi apenas devido ao forte recuo de importações - queda de 7,7%, também em decorrência da desaceleração do mercado interno, por conta da elevada taxa de juros - que o setor externo contribuiu de forma positiva para o PIB.

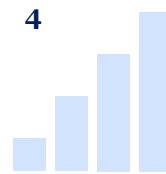
No acumulado do primeiro trimestre desse ano, em relação ao mesmo período do ano passado, a agropecuária registrou crescimento de 18,8%, o que explica, também em grande medida, a alta geral no PIB de 4%, uma vez que os outros setores cresceram menos: crescimento de 2,9% nos serviços e de 1,9% na indústria total. A indústria de transformação chegou a registrar recuo de 0,9%, o que já era indicado pela retração de 1% na produção física do setor, na comparação anual. Ao todo, 72% dos parques regionais da indústria brasileira não conseguiram crescer no período, inclusive São Paulo, cuja produção recuou 3% no primeiro trimestre de 2023, na comparação com o mesmo período de 2022.

Na indústria geral, o retorno ao negativo no primeiro trimestre desse ano, em relação ao primeiro trimestre de 2022, ocorre porque metade dos macrossetores recuou no período, com destaque para bens de capital, com queda de 6,3%, refletindo performance mais fraca do investimento, como os dados do PIB vieram confirmar.



Quanto ao comércio varejista, as vendas reais totais, no primeiro trimestre de 2023, voltaram a crescer, após três trimestres consecutivos “no vermelho”. A alta foi de 3,3% em relação ao quarto trimestre de 2022, com seis dos 11 ramos no positivo. Entre os segmentos que crescem no varejo, destaca-se o de veículos e autopeças, que, ao registrar elevação de 5%, interrompeu sequência de três quedas trimestrais seguidas. Outro destaque positivo foi o ramo de supermercado, alimentos, bebidas e fumo, que cresceu 2,6%, mantendo o ritmo de crescimento do final do ano passado. Juntos, esses dois ramos representam quase metade do chamado “varejo ampliado”.

¹ *Commodities* são produtos primários agrícolas ou minerais, de baixa diferenciação e baixo valor agregado, comercializados no mercado internacional, tais como soja, milho, açúcar, carne, minério de ferro, petróleo, entre outros.



Embora o resultado do faturamento real dos serviços continue mais robusto do que o dos demais setores, houve certa acomodação. A desaceleração recente foi liderada por serviços prestados às famílias, transportes, serviços auxiliares e correios, além de serviços profissionais, administrativos e complementares e outros serviços, agrupamento que reúne um conjunto diversificado de atividades.

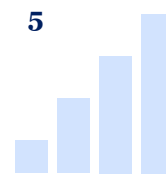
Inflação e cesta básica em queda melhoram ganhos coletivos

A taxa de inflação recua ininterruptamente desde agosto de 2022, o que tem possibilitado melhora nos resultados das negociações coletivas. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), principal referência para os reajustes salariais, foi de -0,10% em junho, abaixo do registrado no mês anterior (0,36 %). No ano, o INPC acumula alta de 2,69% e, nos últimos 12 meses, de 3,00%, abaixo dos 3,74% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho de 2022, a taxa havia sido de 0,62%. As desonerações nos preços dos combustíveis feitas em 2022 e a nova política de preços da Petrobras têm reduzido o preço dos combustíveis na maior parte dos meses, entre meados de 2022 e 2023. Os combustíveis, por serem custo para produção e distribuição de bens e serviços, acabam provocando redução em outros preços também.

Por isso, em abril, segundo dados analisados pelo DIEESE, 62% das negociações com data-base nesse mês conquistaram reajustes acima do INPC. O percentual é menor do que o observado nas três primeiras datas-bases de 2023, mas também recuou o percentual de reajustes abaixo da inflação, atingindo a menor marca no ano, com apenas 3,6% das negociações.

A variação real média dos reajustes de abril (média simples, descontada a inflação) foi de 1,3%, a maior no período considerado. O percentual é reflexo tanto da queda do número de resultados abaixo da inflação como da grande incidência de negociações com ganhos reais entre 1% e 2% acima do INPC (cerca de 20% dos casos analisados em abril). É a oitava variação real média positiva consecutiva registrada a partir de setembro de 2022, quando se reverteu a série de variações reais negativas que durou 23 datas-bases, de outubro de 2020, auge da pandemia de covid-19, a agosto de 2022.

O percentual para recompor as perdas salariais (equivalente à inflação acumulada de 12 meses antes da data-base) segue em queda desde setembro de 2022, fazendo com que, na data-base de maio, o reajuste necessário tenha sido de 3,83%, de acordo com o INPC. Assim, quase 70% das 3.204 negociações coletivas de 2023, analisadas até o momento, registraram resultados acima do INPC. Aquelas com reajustes iguais a esse índice representam cerca de 22% do painel do ano, enquanto apenas 8% ficaram abaixo do índice. A variação real média dos reajustes de 2023 está em 0,79% acima do INPC.



Da mesma forma, o valor da cesta básica de alimentos também está em queda, como mostra pesquisa do DIEESE, embora a alta ainda persista em algumas cidades. Entre maio e junho de 2023, o valor do conjunto dos alimentos básicos diminuiu em 10 das 17 capitais pesquisadas. São Paulo foi a cidade onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 783,05). Nas capitais do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 567,11), Salvador (R\$ 595,84) e João Pessoa (R\$ 604,89).

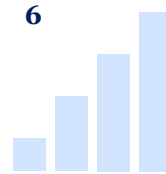


No primeiro semestre desse ano, o custo da cesta básica aumentou em 10 cidades, com destaque para as taxas de Recife (9,92%), Aracaju (8,84%) e Natal (8,20%). As quedas variaram entre Belo Horizonte (-5,79%) e São Paulo (-1,04%).

Com base na cesta mais cara, que, em junho, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em junho de 2023, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.578,41 ou 4,98 vezes o mínimo de R\$ 1.320,00, que foi reajustado em maio. Em junho de 2022, o mínimo necessário deveria ter ficado em R\$ 6.527,67 ou 5,39 vezes o valor vigente na época, que era R\$ 1.212,00.

Quando se compara o custo da cesta básica de alimentos e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5%, referente à Previdência Social, nota-se que o trabalhador remunerado com esse salário comprometeu, em junho, em média, 55,63% do rendimento para adquirir os produtos alimentícios básicos. Mesmo se tomarmos o rendimento médio do total dos trabalhadores brasileiros, o comprometimento dos salários é muito alto. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-IBGE), o rendimento médio real mensal habitual dos trabalhadores brasileiros foi de R\$ 2.880,00, no primeiro trimestre de 2023, o que representa 43,78% do salário mínimo necessário de junho de 2023. Ou seja, o rendimento médio não chega à metade do que deveria ser o salário mínimo necessário para suprir os gastos com as necessidades básicas de uma família, conforme o previsto na Constituição Federal (Art. 7º, Inciso IV).

É, portanto, imprescindível, para se alcançar o objetivo de redução da desigualdade social almejado pelo governo Lula, o já anunciado reestabelecimento da política progressiva de valorização real do salário mínimo.



Bancos lucram e ditam ritmo da economia

Em 2022, os cinco maiores bancos que operam no Brasil registraram lucro líquido somado de R\$ 106,7 bilhões, alta de 2,5% em relação a 2021, mesmo diante de forte aumento das Provisões para Devedores Duvidosos (PDD), diante do risco de calote das Lojas Americanas, na esteira da revelação de rombo potencial de mais de R\$ 40 bilhões.

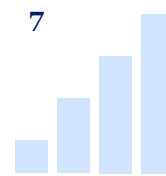
Como analisado pelo DIEESE no estudo anual sobre o desempenho dos bancos no Brasil, o total de ativos das cinco maiores instituições bancárias do país atingiu R\$ 8,9 trilhões, aumento médio de 9,2% em relação a dezembro de 2021. Grande parcela dos ativos dessas instituições corresponde às operações/carteiras de crédito, cujos montantes somados totalizaram R\$ 4,6 trilhões ao final de 2022, com crescimento de 12,2% no período. O patrimônio líquido, que representa o capital próprio dos cinco bancos, atingiu R\$ 694,3 bilhões, alta de 8,5% em 12 meses.

As receitas com prestação de serviços, somadas à renda das tarifas bancárias, representam parcela significativa da receita operacional total dos bancos. Em 2022, a alta média foi de 5,9% em relação ao ano anterior, somando R\$ 151,9 bilhões. Quanto às Despesas de Pessoal, que compreendem os gastos com folha de pagamento (remuneração, encargos sociais e benefícios), treinamentos, despesas com processos trabalhistas e, nesse caso, considerando-se também o pagamento da participação nos lucros ou resultados (PLR) aos trabalhadores, os cinco bancos juntos apresentaram alta média de 10,0%, em relação a 2021, totalizando R\$ 113,2 bilhões.

Ao se comparar o total de receita de prestação de serviços e tarifas bancárias com o total das despesas de pessoal dos cinco bancos, nota-se que, somente com essa arrecadação, as instituições cobririam entre 91,1% (no caso da Caixa) a 191,4% (no Santander) das despesas com os trabalhadores. Ou seja, quatro dos cinco maiores bancos conseguem cobrir com folga as despesas de pessoal com essas receitas secundárias, sem comprometer as principais, que são as da intermediação financeira.

Os recursos das carteiras de crédito das cinco maiores instituições financeiras se direcionam, em geral, para as linhas de menor risco, como o crédito imobiliário e o consignado, que são modalidades com taxas de inadimplência mais baixas, uma vez que os bancos brasileiros são, notadamente, instituições conservadoras e que demonstram grande aversão ao risco.

Com a taxa básica de juros mantida em 13,75% ao ano, pelo Banco Central, os bancos brasileiros não hesitaram em elevar às alturas as próprias taxas para concessão de crédito. O rotativo do cartão de crédito para pessoa física atingiu 447,67% ao ano, em abril de 2023; o crédito pessoal não consignado chegou a 92,43%; e o crédito para aquisição de veículos para pessoas físicas bateu em 28,46%. Mais um dos efeitos deletérios da decisão do Banco Central de manter elevada a taxa de juros, levando as famílias brasileiras ao endividamento. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ao final de 2022, 77,9% das famílias declararam estar endividadas, número recorde, com

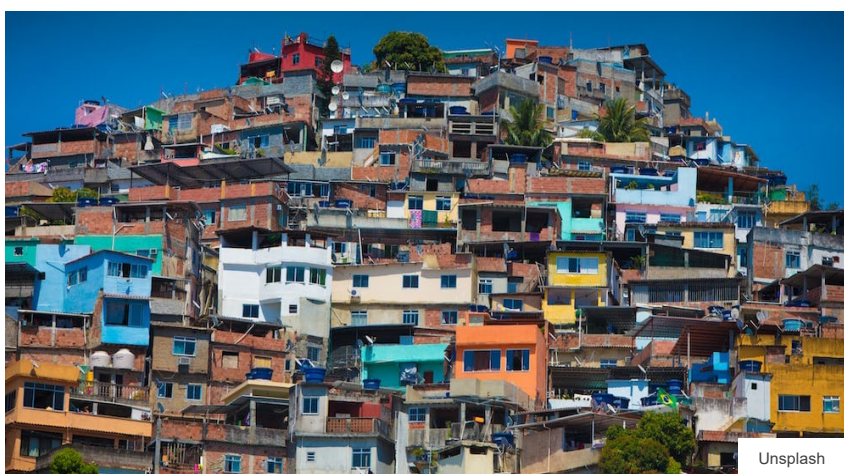


aumento de sete pontos percentuais em relação a 2021, quando 70,9% das famílias declararam ter dívidas.

A inadimplência também bateu recorde, em 2022, de acordo com a pesquisa. Entre as famílias, 28,9% tinham dívidas em atraso e 10,7% do total disseram não ter condições de pagar as pendências financeiras (entre essas, 32,3% de famílias com menor renda – de até 10 salários mínimos). Para enfrentar essa realidade imediata de inadimplência, o governo começou a implantar em julho o chamado programa “Desenrola”, visando estabelecer renegociações, financiadas pelo Tesouro Nacional, de dívidas para pessoas físicas, além de extinguir as dívidas de até R\$ 100,00, com projeção de beneficiar 30 milhões de pessoas ou 40% dos endividados no país, hoje.

Priorizar pautas, mobilizar as bases

O neoliberalismo, estratégia mundialmente hegemônica dos países capitalistas desde o último quartel do século XX, mostra os resultados mais perversos nas economias e nas sociedades periféricas, como a brasileira. Atualmente, no Brasil, são quase nove milhões de desempregados; 35 milhões de



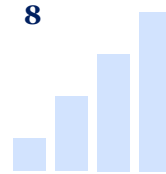
Unsplash

trabalhadores sem proteção social e sem perspectiva de ter aposentadoria na velhice; 10 milhões de pessoas morando em áreas de risco; 100 milhões sem coleta de esgoto; seis milhões sem moradia; faltam vagas em creche para cinco milhões de crianças; 1,2 milhão de crianças entre 4 e 5 anos de idade estão fora da escola.

As consequências ecológicas são também devastadoras. O crescimento exponencial da extração de madeira, das atividades de agropecuária, mineração, construção de cidades, de estradas, de hidrelétricas, bem como incêndios, respondem por essa tendência que se recrudescer e que compromete gravemente os solos, o regime das águas, o equilíbrio atmosférico e o clima, além da vida de mais de um bilhão de pessoas no planeta, que dependem das florestas, entre as quais comunidades indígenas inteiras, como vimos com os Yanomami na Amazônia.

Passados seis meses do novo governo, é possível antever caminhos para o cumprimento do mandato até 2026 e indicar desafios a exigir mobilização sindical e popular para que sejam enfrentados pelo governo federal, em um contexto no qual já estão evidentes as amarras que o Congresso Nacional, notadamente a Câmara dos Deputados, tentará impor a projetos estruturantes do governo Lula.

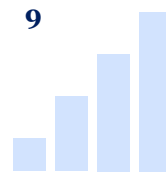
A necessidade de compor uma ampla frente democrática para derrotar o governo anterior, a estreita margem de votos que elegeu a chapa Lula-Alckmin e a eleição de parlamentares majoritariamente



associados à base de sustentação do governo passado para o Congresso Nacional já indicavam expectativas limitadas e decrescentes em relação à potencialidade de se efetivarem reformas estruturais nesse mandato presidencial.

De fato, de forma mais realista, o que o decurso dos primeiros seis meses de governo está a confirmar é que o governo Lula terá êxito se conseguir concluir o mandato e afastar do horizonte a possibilidade de um retorno da extrema-direita ao governo federal nas próximas eleições presidenciais. Um passo além será efetivar um governo operacional para conseguir algumas melhoras na vida do povo, segurando o ímpeto destrutivo do capitalismo nessa fase contemporânea, notadamente em um país de desigualdades sociais indecentes.

Para classe trabalhadora, entretanto, isso não basta e o movimento sindical brasileiro, como parte da ampla frente democrática que ajudou a eleger o atual governo, tem papel crucial para a reconstrução nacional, ao cumprir o papel de criar pontes entre paradigmas emergentes como o bem-viver, o trabalho, a territorialidade, os movimentos sociais, as cidades e o Estado e a reconstrução de um novo tecido econômico baseado numa economia humana e ecológica.



**Escritório Nacional**

Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
 CEP 01209-001
 Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
 www.dieese.org.br

Presidente: Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde do Estado de São Paulo – SP

Vice-Presidente: José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Carlos Andreu Ortiz

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretor Executivo: Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Pagani Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão técnica)

Geni Marques (revisão e formatação)

